

PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS: OS GAVIÃO DE MÃE MARIA
E OS "SURUÍ" AVALIAM O CONVÊNIO CVRD-FUNAI

Iara Ferraz
consultora*

Em reunião realizada a 17 de junho último na cidade de Marabá, representantes de órgãos governamentais (CVRD, Funai, Getat, Eletronorte e CELPA), um observador do Banco Mundial e representantes de alguns dos grupos indígenas no Pará afetados pela implantação do projeto Ferro-Carajás tentaram avaliar o desempenho do Convênio CVRD-Funai e traçar diretrizes que orientarão o seu término, previsto para o próximo ano.

A linguagem burocrática, o caráter formal e constrangedor da condução daquela reunião realizada nas dependências do Getat impediram que os poucos representantes das comunidades indígenas presentes - e apenas dois antropólogos consultores - efetuassem uma avaliação detalhada e consistente dos quatro anos de vigência do referido Convênio. A ausência de coordenação e de prévia preparação de uma pauta de discussões com assessoria dos antropólogos consultores junto às comunidades foram ainda responsáveis pelos poucos resultados alcançados.

Naquela ocasião, os Gavião de Mãe Maria encaminharam à CVRD dois documentos escritos, assinados por Pyrkrejimokre Hirãre ("Cotia"), em nome da Comunidade, onde procuram explicitar os termos de suas reivindicações. Cabe ressaltar que foram esclarecedores os depoimentos

* Relatório de viagem realizada à Marabá e à aldeia dos Gavião entre 17 e 24 de junho de 1986. Consultoria à CVRD, Projeto Ferro-Carajás.

mentos posteriormente colhidos por nós na aldeia dos Gavião, uma vez que a interrupção das conversações verificada em Marabá apontara para o fracasso da reunião aguardada por todos, o que levou o representante dos Gavião a não permitir a visita à aldeia programada pelos representantes da CVRD e do Banco Mundial.

Nos documentos, observa-se que a assistência dos agentes locais da Funai na sua elaboração parece ter sido no sentido de fortalecer principalmente as relações inerentes à tutela, figura central nas relações do Estado brasileiro com as populações indígenas. Estão implícitas ali pressões oriundas dos níveis local e regional da administração tutelar, na tentativa de restaurar o seu prestígio. Recentemente, vivenciaram uma sensível restrição quanto ao poder de controlar abundantes recursos financeiros (tornados disponíveis através do Convênio) e, assim, manipular relações (de poder) com as aldeias incluídas no Convênio. Esta situação se concretizou com a paralisação e conseqüente crise do Convênio, com a suspensão dos repasses de parcelas desde abril último. Esse procedimento, já recomendado inúmeras vezes pela maioria dos consultores com o objetivo de reavaliar os critérios para aplicação dos recursos, incluiu a suspensão de pagamento de salários do pessoal contratado. Encontra-se à beira do colapso o funcionamento do aparato burocrático de unidades locais da Funai que se constituíram (e se equiparam) através (e em função) do Convênio, como a Ajudância de Marabá. Na verdade, antecipou-se em um ano a crise que, certamente, viria a ocorrer ao término previsto, num momento oportuno: a Funai está se reestruturando.

Nestas circunstâncias foram, portanto, elaborados ambos os documentos endereçados pela Comunidade Parkatejê (Gavião) à CVRD na reunião havida. O primeiro deles, intitulado "Aos Senhores Representantes da Vale do Rio Doce", reflete o pequeno alcance da assistência o

ficial local prestada aos Gavião. Isto se verifica através da insuficiência de explicações que lhes foram fornecidas quanto às mudanças decorrentes da reforma financeira recentemente implantada no país ("Plano Cruzado"), o que acabou por gerar confusão e, sobretudo, desconfiança entre o grupo, quanto à relação CVRD-Comunidade, no que diz respeito ao acordo firmado em julho de 1985.¹

O documento faz referência explícita à necessidade "sentida pela Comunidade em desvincular" a conta conjunta da CVRD, permanecendo "apenas em nome da Comunidade" ou "vinculada com a Funai" (sic). Para os Gavião, uma certa confusão adveio a partir de março último com o "impedimento" (do Plano Cruzado) de fazerem retiradas mensais de rendimentos de sua caderneta de poupança (da conta conjunta com a CVRD). Isto levou-os a pensar numa possível ingerência da CVRD em seu fundo de recursos.

Preocupados em certa medida com a situação financeira da Comunidade, os eventuais 'temores' das lideranças dos Gavião quanto à vinculação da conta bancária parecem ter sido pouco elucidados através dos agentes locais da Funai, ou os argumentos talvez tenham sido suficientemente distorcidos a ponto de gerar desconfiança em relação à permanência da vinculação, sem muitos expedientes de ordem burocrática.

O sistema de dívidas operado pelos Gavião-Parkatejê é, atualmente, parte constituinte de seu próprio modo de se relacionar com os comerciantes das redondezas e com os kupê ("brancos"), em geral. Deve ser ainda entendido como um sistema fortemente sujeito a pressões de toda ordem, uma vez que a falsa imagem de "índios ricos" chega a ser veiculada pelos próprios agentes governamen-

1

Ficou estabelecido naquele acordo que a gestão do fundo de recursos (oriundo da indenização recebida em novembro de 1984) dar-se-ia através de uma conta bancária conjunta - caderneta de poupança na CEF - Comunidade Indígena-CVRD.

tais.

Na realidade, em momento algum os Gavião expressam sequer pretensão de recorrer, a médio prazo, ao fundo de recursos constituído em novembro de 1984, o que, de certo modo, contradiz termos empregados no documento apresentado (ao mencionar "partida para trabalho de base e (...) lançar mão do capital depositado" -sic). Ao contrário, os Gavião sempre enfatizam a necessidade daquele fundo permanecer intocado, como garantia concreta e simbólica em relação ao futuro. Então, pergunta-se, de que ordem seriam as pressões locais, de agentes bancários, tutelares ou mesmo de comerciantes, sobre os representantes dos "índios ricos", no sentido de se proceder à desvinculação da conta bancária com a CVRD ?

Por outro lado, é pertinente a solicitação dos Gavião apresentada verbalmente à representante da CVRD na reunião havida em Marabá, para que os "autorize" a dividir a caderneta depoupança em três, a fim de que prossigam, de forma simplificada quanto aos trâmites burocráticos, obtendo rendimentos mensais para suprir suas necessidades (e também se adaptarem ao Plano Cruzado).

Face às mudanças administrativas e dos próprios estatutos internos da Funai - que, sem consultas às organizações indígenas ou às entidades de apoio, vem promovendo uma descentralização de caráter autoritário - reduz-se ainda mais a confiabilidade do exercício da tutela sem fiscalização, questão que certamente será debatida na Constituinte. Por ora, discutimos com os Gavião a necessidade de fazerem uma consulta ao seu advogado particular (Dr. Marés Fº), no sentido de se estudar a possibilidade de reformulação de um instrumento jurídico adequado que regule a gestão, pelos Gavião, do seu fundo de recursos.

Um aspecto que merece destaque diz respeito à representatividade do grupo nas relações que estabelecem com agentes externos. Os Gavião vêm atravessando um

período particularmente complexo de alterações políticas internas, ao que se alia o crescimento de conjuntos de problemas externos (como se verá adiante). O faccionalismo, de caráter estrutural, exacerba-se em períodos de crise, ocasionando instabilidade. Esta situação é peculiar aos grupos Jê-Timbira (como se verifica também claramente entre os Pukobjê do PI Governador, no Maranhão). No entanto, entre os Gavião-Parkatejê essa crise surge significativamente acentuada tanto em virtude do manuseio de grandes somas em dinheiro (que se traduzem em sistemas de redistribuição e dívidas), quanto da manipulação de relações de poder e prestígio, frequentemente distorcidas pela atuação dos próprios agentes tutelares locais e regionais.

Há cerca de um ano, houve grande insistência por parte da Funai em tornar um "representante" da Comunidade, conselheiro da chefia dos Gavião e responsável pelo setor financeiro (porisso mesmo alvo de inúmeras críticas, internamente ao grupo) em "chefe de Posto", ou seja um "mediador ideal" nas relações com a agência tutelar. Aquela atitude revelou-se bastante equivocada, tal como havíamos chamado a atenção na época (através de relatório). Traduz-se agora na ambivalência do desempenho de um indivíduo que ora se identifica (e é identificado pelos demais) como "membro do grupo" (sic), ora como "chefe do Posto", papéis distintos e, num certo plano, dificilmente conciliáveis para eles, mas não para a Funai.

No entanto, a habilidade política de Pÿrkrejimokre (o "Cotia"), representante dos Gavião (e chefe do PI Mãe Maria), foi demonstrada no depoimento que apresentou por ocasião da reunião havida em Marabá, que transcrevemos a seguir:

"No caso do Mãe Maria, que vem acontecendo esse problema, tanto da Eletronorte, tanto como Vale do Rio Doce que eles começaram a abrir, desmatando a reserva. Tanto como a rede elétrica, tanto como a ferrovia, tanto como a estrada de rodagem ... Então problema que tá acontecendo, problema muito sério, aí no Mãe Maria, reserva da comunidade Gavião...

"Eu acho que esse problema foi o próprio órgão do governo que arranhou, que precisa energia, que vai distribuir energia pra todo o Estado do Pará, então a comunidade Gavião tá precisando fazer um acerto, tanto com a Vale, tanto com a CELPA, com a Eletronorte. Nós vamos discutir junto, entre a Funai, porque mais tarde cada comunidade vai precisar da energia e vão ter... não é só "branco" que vai precisar pra manter esse... energia. Então o caso que eu vou colocar: como é que vai ser feito ?

"Então isso que eu vou pensando em toda comunidade, em toda a região do Pará. O problema mais sério tá sendo o Gavião. Vamos fazer um acordo, todas as comunidades, a gente devia discutir junto, pra gente fazer reunião, pra gente dizer, certeza mesmo, o que é que a comunidade quer, como é que vai ser feito, como é que a Funai vai pensar também, como é que o índio vai dizer.

"Eu vou colocar a minha posição, ou a Funai tem que pensar o lado junto com índio, pra discutir junto, tanto como [os problemas] o Getat, posseiro, sobre energia, ferrovia, então eles vão ter que ouvir o índio!

"Nós não sabemos quanto tempo vai passar, esse ferrovia. Será que vai terminar, um dia, esse minério e vai deixar, vai desmanchar esse ferrovia, vai criar outra área, outro mato de novo ? Ou [será] que vai ser pro transporte, vai ser pro passageiro... então cada vez, pode ser que ferrovia vai ficar... se vai parar na Serra Norte, se vai seguir pra frente ??

"Então a preocupação que eu tenho pra qualquer uma comunidade é de dizer, pra discutir o que é que a comunidade tá precisando, e vão decidir hoje. Da minha parte, do Mãe Maria, eu quero decidir o que é que vamos amarrar. Agora a não ser que outra comunidade, que Cateté, Sororó e Parakanã, eu não vou adivinhar o plano, como é que eles vão pensar... "

Representante de grandes oradores, como são os Gavião, "Cotia" falou dos danos e das incertezas advindas com a construção de grandes obras governamentais no interior do território, apresentados como conjuntos de problemas, interdependentes. Enfatizou a busca de soluções com a qual se defrontam atualmente, antevendo mesmo questões que, no futuro, outras sociedades indígenas habitam-

tes da região virão a enfrentar. Reiterou a necessidade de serem ouvidos e a especificidade das reivindicações de cada sociedade, na busca dessas soluções.

Sem palavras, os "Suruí"

Quase ao final da primeira parte da reunião, o constrangimento a que levava aquele ritual de grande formalidade - num auditório, ainda que praticamente vazio, com microfone - impediu os representantes dos chamados "Suruí" do PI Sororó de apresentarem a sua avaliação do Convênio. Tiremê, o representante "Suruí" também transformado em chefe do Posto por conveniência da Funai, limitou-se apenas a cobrar do Convênio a possibilidade de revisão do processo de demarcação de seu exíguo território, homologada às pressas ~~exatamente~~ ^{aprox.} em 1983 (início do Convênio).

Ao responder pela eventual "não prioridade" em rever demarcações efetuadas, o representante da agência tutelar caracterizou a omissão da Funai diante de um caso que, até prova em contrário, foi pautado pela fraude (na demarcação efetuada, permaneceram fora dos limites castanhais produtivos, áreas de caça, das antigas aldeias, roças e cemitérios Suruí, comprometendo seriamente a perspectiva de reprodução do grupo).

Os três "Suruí" haviam se deslocado da aldeia para Marabá na expectativa de se reunirem de modo informal com os representantes governamentais, quando questões de interesse geral em relação ao Convênio - e particular em relação a eles - seriam então calmamente esmiuçadas. Distintamente dos Gavião (e dos Jê), onde a oratória é prática cultivada, os Suruí se constrangem facilmente ao falar em público e, ainda mais, fora da aldeia, em meio a estranhos. Observamos que o mesmo ocorreu em relação aos Parakanã e aos Asurini, os outros dois grupos Tupi que lá estavam representados e, por motivos distintos, entre os Xikriñ do Cateté. Com sabedoria, estes acreditavam que, ali,

de nada adiantaria falar qualquer coisa, diante de circunstâncias tão inusitadas.

O segundo documento apresentado em nome da Comunidade Parkatejê aborda pontos específicos de seu interesse, que foram tratados na segunda parte da reunião em Marabá (nas dependências da CVRD). Inicialmente, é apontada a necessidade de renovação do Convênio em outras bases, uma vez que as comunidades indígenas afetadas pela implantação do projeto Ferro-Carajás não foram ouvidas previamente à assinatura do Convênio firmado em 1982 com a Funai. Desta maneira, não foram sequer consultados quanto a sua duração. Por inúmeras vezes, os Gavião ressaltaram o fato de que foi meramente arbitrária a fixação de cinco anos para a vigência do Convênio e, conseqüentemente, da obrigação do apoio prometido quando representantes do Banco Mundial e da CVRD visitaram a aldeia dos Gavião no início de 1982.

A continuidade da execução de projetos especiais com os Gavião através da CVRD prende-se exatamente à "falha desse Convênio" (sic), que pouco realizou em relação ao "prometido". Ou melhor, para os Gavião, as relações com a CVRD dizem respeito fundamentalmente à satisfação das expectativas levantadas pelos próprios representantes governamentais e do Banco Mundial. Só realizadas, deixarão de ser promessas.

Os Gavião enfatizam o pequeno dimensionamento de eventuais projetos que virão a elaborar com assessoria especializada, garantindo assim a sua viabilidade de gestão própria e de execução. A apresentação, para os Gavião, da intenção de um futuro programa de melhoramentos para as populações que habitam a chamada "área de influência" do Projeto Ferro-Carajás, através da CVRD, deve cercar-se de cuidados especiais, a fim de que a "política de promessas" não se reproduza indefinidamente. Convém lembrar que a convivência da CVRD com os Gavião está determinada pela própria ferrovia. Será, portanto, prolongada, devendo

ser sempre mantida através de relações diplomáticas, favoráveis ao atendimento, sempre que possível, das reivindicações apresentadas pelos Gavião. Será um modo de atenuar a violação sofrida pelo território tribal com a passagem da ferrovia.

A questão da manutenção de outros postos da Funai na região, apresentada no documento (acreditamos que muito por conveniência da própria agência tutelar), deveria, a nosso ver (e conforme foi debatido na aldeia), ser discutida a partir da Funai, que ora se reestrutura, não inadvertidamente em bases ainda desconhecidas dos seus tutelados. Este fator aponta para a necessidade de se debater conjuntamente a qualidade dessa manutenção de postos, contida nos estatutos internos da Funai, restringindo-se preferencialmente aos setores essenciais: saúde e educação.

As funções de um "posto indígena" precisam ser repensadas a partir de princípios menos "colonialistas" do que os atualmente vigentes e concebidos pelos agentes tutelares locais e regionais. A constituição de conselhos indígenas regionais, tal como experimentada junto à delegacia de Araguaína para os grupos do norte de Goiás, talvez indique uma direção no sentido de mudanças que, de fato, possam de traduzir na participação efetiva das comunidades nos processos decisórios que lhes dizem respeito.

Ainda no documento, os Gavião solicitam esclarecimentos sobre a "programação não cumprida" nos anos anteriores e ainda quem se responsabiliza pelos "cortes" efetuados em cronogramas que, raras vezes, foram de fato elaborados com critérios muito específicos pelos índios (implicando em atrasos para plantios de roçados, por exemplo). Diante desta indagação, os agentes locais e regionais da Funai apressam-se em apontar a CVRD e seus consultores (os antropólogos), como transparece algumas vezes nos discursos ambivalentes do "representante" da Comunidade tornado "chefe de Posto".

A concepção integracionista e desenvolvimentista da atuação oficial da agência tutelar (detidamente

analisada pela antropóloga Maria Elisa Ladeira em relatório apresentado à CVRD) reflete-se em argumentos equivocados que são utilizados por aqueles que assistiram os Gavião na elaboração dos documentos apresentados. Assim, afirmar a necessidade de se "tornarem social e economicamente desenvolvidos para subsistência" (sic) implica em não considerar a existência e a operação de sistemas específicos de organização social (política e econômica), cuja compreensão se encontra fora do alcance de agentes tutelares, locais ou regionais, preocupados com a prática colonialista.

A questão das terras

Retomamos aqui o depoimento de "Cotia" apresentado na primeira parte da reunião:

"E eu tou mais uma vez declarando que sobre o posseiro, a indenização do posseiro, a demarcação, sobre esse aí... onde todo mundo declararam, assinaram, deram o prazo, que parece que tá vencendo... dia 21 [refere-se à reunião havida em Belém, a 21 de março último]... eu tive conversando com representante do posseiro como eles tão voltando pra fazer a roça, que deram pra passar mais um ano [o Getat, segundo os posseiros], então a minha preocupação - vou passar pro Getat esse aí - tanto o Getat como a Vale, nós vamos ter que decidir esse aí, como é que vai ser feito indenização desse posseiro, quando vai sair? Porque como já tão lá de novo, fazendo broque de roça, prometendo que vai fazer mais um ano, se era melhor pra posseiro receber mais indenização!... então isso não pode acontecer. Então a minha preocupação que eu tenho com esse pessoal, já tão voltando! Então a gente vai esperar, que nós não quer fazer mal pra ninguém, nem posseiro não pode pensar mais arrumação dessa!

"Nós queremos pra decidir logo, pra indenizar, pra arrumar outra área, nós queremos acabar com essa preocupação. O que vou deixar bem claro, como a Dra. Lourdes tá, e Getat... eu não vou esconder, como eu falei pro representante do posseiro: por que se passa do prazo, se não vão arrumar outra área, mesmo com esse indenização, então eu vou chamar esse pessoal aí, nós vamos fazer a greve, entra posseiro e comunidade e nós vamos interromper a ferrovia em todo que passa aí dentro da reserva.

"Então eles querem a terra, eles quer trabalhar,

então isso que eu quero dizer a vocês, com todos os representantes que tão aí, bem claro eu vou dizer aí. Porque vocês vão precisar minério, vocês vão puxar, transportar para fora; energia, vocês vão fornecer lá, pra todo mundo, qualquer pessoa. Então a minha preocupação que nós temos dentro do Mãe Maria, completando quatro anos a nossa preocupação, perdemos esse trabalho de roça, perdemos a safra da castanha esse ano! Então esse ano eu não vou brincar mais com vocês aí. Nós queremos decidir pra essa semana, como é que vai ser feito, depois do prazo de 15 dias, ou 20 dias, que tá vencendo o prazo... [dia] 21!

Até a conclusão deste relatório não dispúnhamos de quaisquer informações acerca das providências solicitadas pelos Gavião. Considerando que chegou ao fim o prazo de 90 dias estabelecido para a resolução desta questão, acreditamos que gestões efetivas da presidência da Cia. Vale do Rio Doce junto à presidência da República possam vir a garantir a assinatura dos decretos de desapropriação das três áreas referidas no acordo de Belém, para fins de reassentamento dos posseiros que se encontram no interior da área indígena Mãe Maria, além do consequente desintrusamento da área ocupada pelo Sr. João Anastácio de Queiroz Fº. O Convênio CVRD-MIRAD (Getat) será firmado em seguida para a indenização dos ocupantes (posseiros), conforme informações obtidas por ocasião da reunião realizada em Marabá. O reassentamento deverá ser realizado o mais breve possível, evitando prejudicar ainda mais os Gavião, acarretando consequências imprevisíveis para a operação da estrada de ferro Carajás.

No documento apresentado em nome da Comunidade, pareceu-nos estranho o fato de ter sido omitida a questão com o Sr. João Queiroz Fº que, com pastagens e gado, ocupa há anos uma extensa área situada no interior do território dos Gavião (limite oeste). Muitos componentes do grupo enfatizam a possibilidade de ficarem com o rebanho de gado bovino que lá se encontra (a exemplo dos Xikrĩn e a fazenda Grã-Reata), a título de "indenização" pelos

danos ocasionados com esta prolongada ocupação de má fé que ali se verificou, sem que a agência tutelar tomasse quaisquer providências ao longo desses anos.

Finalizando o documento apresentado, surge um tema recorrente nas conversas dos Gavião. A construção da ferrovia (e, por extensão, da rodovia, da linha de transmissão), atravessando o seu território constitui-se numa grande ameaça ao futuro dos Gavião, cada vez mais evidente e concreta para os componentes do grupo (os primeiros sinais já se fazem sentir com a diminuição da caça, a escassez dos frutos silvestres, bases de sua alimentação).

X Os Gavião vêm testemunhando a ocupação acelerada que se verifica no sul do Pará, seu habitat tradicional. Apresentam uma compreensão especial acerca desse processo, onde os problemas são vistos em conjunto e, sobretudo, onde quaisquer "ressarcimentos dos danos" ocasionados serão sempre simbólicos e relativizados por eles. O documento reitera ainda um raciocínio frequentemente apresentado pelos Gavião: o fato de o dinheiro (do Convênio) ter sido "um simples agrado que logo chegou ao fim", recebido através de um acordo do qual não participaram, cercado de promessas de realizações não cumpridas. Esta é, de certo modo, a característica mais marcante das ações governamentais que os atingem, segundo eles.

O final do documento apresenta claramente a oposição entre "o dinheiro que logo acaba" e a riqueza incalculável (e inesgotável ?) que passará sobre os trilhos de Carajás, ao longo de seu território. Ao lado das incertezas (demonstradas no depoimento de "Cotia"), este é um argumento recorrente em todas as conversações sobre esse assunto, na aldeia. É por isso que os Gavião exigem que a CVRD cumpra, efetivamente, a promessa da ajuda oferecida (através de um futuro programa especial de atendimento).

São veementes as críticas dos Gavião diante dos critérios da racionalidade estritamente econômica (em termos custo/benefício) empregada por agentes governamentais

(e dos bancos multilaterais) ao apontar o PI Mãe Maria como sendo o que realizou os "mais elevados gastos per capita do Convênio" (sic). Da perspectiva dos Gavião, esta compreensão traduz exatamente a ausência de discussão prévia dos critérios para aplicação dos recursos, prazos, etc. e a própria concepção equivocada do Convênio firmado com a Funai, que redundou em fracasso.

No Mãe Maria, a existência ou, principalmente, a inadequação das chamadas "benfeitorias" do Convênio (equipamentos, construções ou mão de obra contratada) atesta a distorsão do "apoio às comunidades indígenas", tal como a Funai desenvolve. Por outro lado, é evidente o maior poder de pressão e barganha dos Gavião, como eles mesmos reconhecem, justamente por ser um grupo que teve o seu território substancialmente atingido por grandes obras governamentais num curto espaço de tempo.²

A compreensão do processo de transformação atravessado pelos Gavião continua a requerer especial atenção. É necessário entender que as suas negociações, de um modo geral, dificilmente são dadas por encerradas mediante acordos por escrito. Ao que tudo indica, o relacionamento dos Gavião com agentes externos será sempre revestido de um caráter beligerante, simbólico e de complexidade crescente, talvez em virtude de seu espaço vital - e perspectiva de futuro - terem sido irremediavelmente atingidos no decorrer mesmo do processo de contato, dívida que jamais será saldada.

2

A questão que os preocupa enormemente agora diz respeito às negociações em curso com a CELPA - Centrais Elétricas do Pará - para a passagem de uma nova linha de transmissão pelo seu território. A título de "indenização", os Gavião querem o fornecimento de energia gratuita e perpétua.